

Os “Pretos da Rainha”: Serviçais Exóticos na Corte de D. Maria I

Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

Professora auxiliar com agregação e de nomeação definitiva, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
isabeldrumondbraga@hotmail.com

1. A Corte de D. Maria I e D. Pedro III foi, tal como outras cortes europeias de então, marcada por um certo exotismo típico do século XVIII. Se, desde a centúria de Quatrocentos, Portugal tomou contacto com novas realidades geográficas, populações distintas das europeias, faunas e floras antes desconhecidas, também é certo que, em Setecentos, apesar de há muito se conviver com o exótico, devido ao prolongado contacto com outros continentes, assistiu-se a algumas novidades. Estas afirmações remetem para o gosto da *chinoiserie*, tão em voga na época, devido ao fascínio pelo orientalismo. Esta era entendida não apenas como imitação de objectos orientais, mas também como uma interpretação e adaptação das técnicas e motivos decorativos orientais pelo Ocidente, o que foi visível em domínios tão diversificados como por exemplo, a arte, a decoração, o mobiliário e a literatura¹, sem esquecer a joalharia². Porém, em Portugal o exótico abrangeu outras realidades, ligadas aos continentes americano e africano. Deste chegaram curiosidades diversas, como por exemplo, ovos de avestruz e, sobretudo, pessoas cuja cor de pele era diferente. Lentamente, e com uma cronologia diferenciada, foram sendo incluídos alimentos americanos na dieta europeia, ora olhados com desconfiança ora vistos como produtos de luxo e requinte³. Ou seja, o exotismo português de Setecentos tinha longa tradição e proveniência diversificada: África, Ásia e América.

No resto da Europa setecentista, a presença do exótico fez sentir-se igualmente. O gosto da diferença em si mesma, o impacto de novas descobertas geográficas no Pacífico, dadas a conhecer por James Cook e Louis-Anne Bougainville, e a redefinição da Europa em termos religiosos e políticos alargou o debate antes iniciado acerca da universalidade de natureza humana, o significado da história da humanidade e a relação entre a natureza e a civilização, numa época em que os problemas filosóficos estavam marcados pelo debate iluminista centrado na razão, na natureza e no progresso, ao mesmo tempo que não se concebia a ideia da existência de dinâmicas culturais próprias⁴.

¹ Sobre esta temática, cf. António Manuel Hespanha, "O Orientalismo em Portugal (séculos XVI-XX)", *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Edições Inapa, 1999, pp. 15-37; Ana Cristina Araújo, "Luzes e Orientalismo", *Ibidem*, pp. 97-125. Sobre esta mesma situação em Espanha, cf. *Oriente en Palácio. Tesoros Asiáticos en las Colecciones Reales Españolas*, Madrid, Patrimonio Nacional, 2003. Para o caso inglês, Michael Snodin, "Georgian Britain. 1714-1837", *Design and the Decorative Arts. Britain 1500-1900*, Londres, Victoria and Albert Museum, pp. 187-215.

² Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Paulo Drumond Braga, "As Jóias de D. Pedro e D. Maria, Príncipes do Brasil em 1765: Cor, Brilho e Exotismo na Corte", *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida*, Lisboa, Colibri, 2007, pp. 287-309.

³ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Herança das Américas em Portugal. Trópico das Cores e dos Sabores*, Lisboa, CTT, 2007.

⁴ Thomas Munck, *Historia Social de la Ilustración*, tradução de Gonzalo G. Djembé, Barcelona, Crítica, 2000; Dorinda Outram, *O Iluminismo*, tradução de Joaquim C. Machado da Silva, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

No conceito de exotismo cabem também excêntricas de várias espécies, nomeadamente a posse ou protecção de criaturas estranhas e disformes, do continente europeu ou de qualquer outro. Os seres com deformidades eram vistos como monstruosos e como inexplicáveis fenómenos da natureza, causadores de perplexidade, objecto de notícia e, dadas as características, assunto de estudo e debate do foro médico e do foro teológico⁵. Naturalmente que o gosto por espécies, humanas e animais, reais e mitológicas, teve as suas raízes longínquas nos *mirabilia* e conheceu amplo desenvolvimento com a presença europeia em outros continentes⁶, tendo passado para a literatura, especialmente a de carácter mais popular⁷. No entanto, ao longo do século XVIII, a posse de seres fora do comum também pode ser relacionado com a continuação de práticas anteriores, como a presença de bobos na corte, cada vez mais residuais em Setecentos; ou, em alternativa, com os fundamentos epistemológicos iluministas que valorizavam as colecções de antiguidades, de raridades e de história natural⁸.

As fronteiras do cómico, do jocoso, do burlesco, do entretenimento, da diversão, da ofensa e da injúria sempre foram ténues. Ao longo dos tempos parece ter-se caminhado para alterações nas convenções sociais e para um maior controlo do riso⁹. O que na actualidade pode chocar não teve o mesmo efeito nos nossos antepassados. Nesta perspectiva, decidimos estudar a presença de diversas figuras exóticas na Corte de D. Maria I, os então chamados “pretos da Rainha”, no período anterior à saída da família real para o Brasil, em resultado das invasões francesas, isto é, entre 1777 e 1807. Porém, a documentação sobre a temática em causa acabou abruptamente em 1799, o que implicou a perda do rasto das exóticas criaturas naquela data. Ou seja, pretendemos responder a perguntas como: porque chegaram aquelas pessoas a Portugal? Que papel desempenhavam na Corte? Como eram vistas? Como viviam?

Uma abordagem exploratória dos gastos da Casa Real com esta segunda Corte ou esta Corte exótica mantida em Portugal até ao final do século XVIII constitui, pois, o objecto de estudo

⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Medicina Popular versus Medicina Erudita no Portugal de D. João V”, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal. Séculos XV-XIX*, Lisboa, Universitária Editora, 2001, pp. 110-112.

⁶ Afonso d’Escragnolle-Taunay, *Monstros e Mostrengos do Brasil. Ensaio sobre a Zoologia Fantástica Brasileira nos séculos XVII e XVIII*, organização de Mary del Priore, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

⁷ Yara Frateschi, Vieira, “Emblematic Monsters in Portuguese Pamphlets of the Eighteenth Century”, *Portuguese Studies*, vol. 4, Londres, 1988, pp. 84-99; Mary del Priore, *Esquecidos por Deus. Monstros do Mundo Europeu e Ibero-Americano (séculos XVI-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

⁸ Sobre o colecionismo privado e público de Setecentos, cf. João Carlos Pires Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

⁹ O riso não tem o mesmo significado em diferentes épocas e em diferentes culturas. Cf. Georges Minois, *Histoire du Rire et de la Dérision*, Paris, Fayard, 2001. Vd. as pp. 266-267, sobre o riso dos ameríndios.

desta investigação que, concomitantemente, pretende também avaliar o papel destas pessoas e as atenções que lhe eram dadas num meio sofisticado, como era a Corte, mas não tão longínquo do universo mental dos que apreciavam e protegiam os bobos nas Cortes europeias quinhentistas¹⁰. A metodologia utilizada baseou-se na recolha, tratamento e estudo dos gastos da Casa Real apresentados sob a designação de “Quarto do Real Paço de Belém”, incluídos nos registos das despesas daquela residência régia e, subsidiariamente, nos escassos relatos sobre estas figuras e na iconografia produzida na época.

2. A partir de 1726, D. João V juntou, por aquisição, às residências régias as quintas e o palácio que o conde de Aveiras possuía em Belém. As primeiras referências ao terreno apareceram em 1498, quando D. Manuel I o doou aos Jerónimos. Posteriormente, a quinta e um primeiro palácio construído no século XVI foram conhecendo diversos donos¹¹. Com o terramoto de 1755, ao contrário do que aconteceu com outros espaços da realza, o palácio de Belém – onde então estava a família real – sofreu apenas alguns danos mas todo o recheio manteve-se intacto¹².

Não obstante os poucos danos sofridos, o medo tocou a família real e a Corte em geral. Alguns estrangeiros não deixaram em claro as atitudes de D. José I. Por exemplo, o núncio apostólico Filippo Acciaiuoli, em carta datada de 4 de Novembro, escreveu: “Em Belém [o terramoto] arruinou o Palácio Real e o Rei escapou em camisa, e dorme no campo numa carroça, e está de dia na tenda com toda a família real”. Pouco depois, a 14 do mesmo mês, referiu em nova carta: “Em Belém, o Palácio sofreu muito, mas suas Majestades Ilustríssimas e toda a Família Real se salvaram no campo e vivem numa tenda e em diversas tendas, e o Rei dorme numa carroça”¹³. Outro estrangeiro, desta feita o inglês Thomas Chase, também se referiu a Belém e considerou: “A família real estava em Belém, a três milhas de Lisboa, onde eles residiam mais

¹⁰ Sobre os bobos em Portugal, cf. Conde de Sabugosa, *Bobos na Corte*, 2.ª edição, Lisboa, Portugal, [s.d.], o qual contém informações até ao século XVI; Júlio Dantas, “Bobos”, *Figuras de Ontem e de Hoje*, 3.ª edição, Lisboa, Companhia Editora, [s.d.], pp. 157-161, com informações até ao século XVIII. Sobre bobos em outras Cortes europeias, cf. Fernando Bouza, *Locos, Enanos, y Hombres de Placer en la Corte de los Austrias. Oficio de Burlas*, Madrid, Temas de Hoy, 1991; Peter Burke, “Fronteras de lo Cómico en Italia, 1350-1750”, *Una Historia Cultural del Humor desde la Antigüedad a nuestros días*, tradução, coordenação de Jan Bremmer e Herman Roodenburg, Madrid, Sequitur, 1999, pp. 63-77; George Minois, *Histoire du Rire [...]*, pp. 327-328, *passim*.

¹¹ José António Saraiva, “Belém, Palácio de”, *Dicionário de História de Lisboa*, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994, pp. 152-153.

¹² Ana Cristina Araújo, *O Terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*, Lisboa, CTT, 2005, p. 46.

¹³ Arnaldo Pinto Cardoso, *O Terrível Terramoto da Cidade que foi Lisboa. Correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli*, Lisboa, Atlêtheia, 2005, pp. 20-23.

frequentemente. Disse-me que uma grande pedra roçou o pescoço da rainha quando ela vinha a descer as escadas e, no entanto, ninguém da família ficou ferido”¹⁴.

Apesar dos poucos estragos causado pelo terramoto, D. José I à semelhança de diversos nobres e burgueses, decidiu mandar construir um paço de madeira, que fez decorar luxuosamente, primeiro nos jardins de Belém e, posteriormente, no Alto da Ajuda, conhecido pela designação de “Real Barraca” para viver com a sua família. A mudança para Queluz, já no reinado de D. Maria I, após a Real Barraca ter ardido em 1794, não impediu que Belém tivesse sido objecto de diversas obras nos jardins e no palácio, albergasse um jardim zoológico e fosse palco de passeios e festividades diversas, amplamente documentadas.

O real Paço de Belém foi administrado, de forma eficiente, pelo desembargador João Rodrigues Vilar, a partir de 1775. Este deixou minuciosos registos relativos a gastos diversos com obras, alimentação da família real¹⁵, objectos necessários ao funcionamento do palácio, animais, gaiolas e jaulas que constituíam o jardim zoológico composto por diversos felinos, zebras, macacos e inúmeros pássaros¹⁶ e, naturalmente, verbas afectas ao pessoal que ali trabalhava. Além da indicação das quantias gastas em cada rubrica, conservaram-se muitos recibos, alguns com róis discriminados e assinados pelos que venderam bens ou prestaram serviços. Nesta secção estão contidos os gastos com a pequena e colorida Corte exótica.

3. Um mês antes de D. Maria I começar a reinar, isto é, em Janeiro de 1777, registaram-se diversas verbas relativas a um “xina”, leia-se um chinês, chamado Henrique José de Sousa, que chegara da Baía com uma onça e um preto anão de nome Martinho Tomás. Ou seja, o oriental cristianizado passara pelo Brasil e, a mando de alguém, presumivelmente do vice-rei, ou do capitão da Baía, enviara à Corte duas curiosidades: um felino e um anão. Henrique José de Sousa foi então presenteado com um chapéu e um lenço, ao mesmo tempo que as suas camisas sofreram arranjos. Tudo importou em 1.100 réis. Em Fevereiro, recebeu sapatos novos, no valor de 800 réis e, em Abril, um outro par de sapatos de 750 réis e ajudas de custo que

¹⁴ *O Terramoto de 1755. Testemunhos Britânicos*, prefácio de Maria Leonor Machado de Sousa, apresentação, tradução e notas de Judite Nozes, Lisboa, The British Society of Portugal, Lisóptima, 1990, p. 121.

¹⁵ Sobre esta temática, cf. uma visão de conjunto, com o aproveitamento de alguns documentos deste núcleo documental, da autoria de Ana Marques Pereira, *Mesa Real. Dinastia de Bragança*, [Lisboa], Inapa, 2000. Sobre os gastos da Casa Real com chocolate, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Herança das Américas*, [...], pp. 206-210.

¹⁶ Esta temática está a ser trabalhada por Paulo Drumond Braga.

atingiram os 48.000 réis¹⁷. O felino integrou o jardim zoológico e o preto anão Martinho Tomás o serviço da Corte, no Paço de Belém.

Desde a chegada do anão Martinho Tomás, designado na documentação como o “preto anão”, “preto Marinho”, “preto Martinho Tomás”, “preto anão Martinho Tomás”, foram sendo dispendidas diversas quantias para aquisição e arranjo de vestuário, calçado, louça, roupa de cama e assistência médica. Martinho Tomás vestia camisas de linho, calções, capotes de baetão e pano, vestias, vestidos guarnecidos com peles e galões, forrados com panos de Holanda; usava lenços, meias pretas e meias brancas, chapéus, calçava sapatos e botas. Dormia em lençóis de linho e recebia medicamentos quando se encontrava doente. De Janeiro de 1777 a Outubro de 1781, todas as quantias gastas, no valor de 109.180 réis, referiram-se ao anão Martinho Tomás. Nesta verba, não se incluíram os gastos com o “china”.

Em Novembro de 1781, a Martinho juntaram-se mais dois negros. Na documentação começaram por ser designados pelos “pretos que vieram com o tigre”. Em Janeiro de 1782, foram baptizados na freguesia da Ajuda, tendo o pároco sido agraciado com 4.800 réis¹⁸. Os neófitos, que pensamos não serem anões, receberam os nomes de Luís e Paulo. À semelhança do que acontecera com Martinho passaram a integrar o serviço da Corte, sendo alvo dos mesmos cuidados. Assim, no domínio do vestuário, foram sendo contemplados com calções de baeta, de chita e de veludo; camisas de linho, capotes de baetão, coletes de baetão e de chita, vestias de chita, vestidos de baeta, pano jardo, pano de Saragoça e veludo, meias de lã, chapéus e fivelas de prata. Receberam igualmente enxergões, lençóis de linho, cobertores, toalhas de mão e de mesa.

A chegada de novos serviçais ao serviço da Rainha implicava gastos com o vestuário dos próprios, com roupa de cama e mesa e com alguns objectos de uso quotidiano, como talheres e louças de barro vidradas. Assim aconteceu igualmente, a partir de Maio de 1784, quando o anão Marcelino chegou a Portugal e, a partir de Outubro do ano seguinte, face a Luís e a Benedito. A 14 de Dezembro de 1785, apareceu um tal D. José. Ao grupo, irão ainda juntar-se Ciríaco, José – que usava camisas de cambraia com punhos de renda – e Mateus, em Novembro daquele ano, também passou a viver no real Paço de Belém. Em Junho de 1787, à Corte em crescimento agregaram-se Sebastião e Ana, provenientes de Moçambique e destinados inicialmente a Martinho de melo e Castro. Eram então 11. Presumimos que a anã Ana não

¹⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 319.

¹⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 324.

estivesse em Belém, pois não se registaram mais gastos com a mesma¹⁹. Em 1788, já integrava a Corte exótica, um outro anão conhecido como D. Pedro, o qual, em 1796, recebeu “uma farda”²⁰. No final do ano, juntou-se o “preto José China”, o qual chegou a Belém numa sege alugada para o efeito. Este adoeceu ou chegou já doente, tendo sido conduzido à enfermaria. Foi baptizado em Dezembro do mesmo ano²¹. Marcelino, que não dominava o português, teve intérprete – Pedro António da Cunha – durante alguns meses. Este anão foi o único que teve direito ao uso de pós e banha para o cabelo, o qual era tratado mensalmente por um profissional, o cabeleireiro José da Rosa²². Entre as despesas efectuadas com Marcelino contam-se outros produtos de higiene e beleza capilar: bolsas e fitas para o cabelo e penteadores, a par de diversas peças de vestuário e adorno que antes não se tinham registado: vestidos de droguete, meias de seda e espadim de prata.

Algo se pode esclarecer acerca das peças confeccionadas para os servidores exóticos da Corte. Pela descrição do vestuário, pode verificar-se que os negros andavam vestidos à europeia, nomeadamente com camisa (peça que se usava sobre a pele e cobria a parte do corpo compreendida entre o pescoço e as pernas pouco antes dos joelhos), calções (calças curtas que cobriam da cintura aos joelhos), capote (capa larga, de roda larga, com cabeção ou capuz), vestia (espécie de colete, que cobria o tronco, usado por baixo da casaca) e vestido (conjunto de peças masculinas que compreendia casaca, vestia e calções). Usavam gravatas, lenços, meias, sapatos, botins e botas. Os tecidos utilizados na confecção iam da chita ao veludo, passando por baeta, baetão, bombazina, droguete, ganga, linho, pano jardo, pano de Holanda e pano de Saragoça. Nos aviamentos entravam entretelas, ligas, retrós, torçal, lâ e botões²³. Muitas peças eram guarnecidas com peles e galões e forradas com pano de Holanda²⁴. O alfaiate fornecia os tecidos, os forros, os aviamentos, cobrando-se ainda, naturalmente, do corte e costura das peças. Eram sempre discriminados os preços dos feitos e, à parte, do feito das casas dos

¹⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329. Sobre a vinda de Ana e de Sebastião e sobre o enxoval que trouxeram, cf. Silvia Hunold Lara, *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 219-220 e 227-228.

²⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 338.

²¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330.

²² Sobre os tratamentos capilares durante o século XVIII, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Beleza e Sedução: à volta dos Cosméticos”, *Vivências no Feminino. Poder, Violência e Marginalidade nos séculos XV-XIX*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, pp.147-180.

²³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 324.

²⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 321a. Em algumas festividades religiosas, como por exemplo na procissão do Corpo de Deus, também era hábito vestir de gala alguns negros. Cf. José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*, 2.ª edição, Lisboa, Caminho, 1997, pp. 175-184.

botões²⁵. O alfaiate confeccionava as peças e fazia arranjos diversos. De notar, as práticas de, frequentemente, se fazerem arranjos na roupa e de se reutilizar o vestuário, virando-o do avesso. Isto é, quando uma peça estava bastante usada, mas o tecido não estava desfeito, era desmanchada e virada ao contrário, o avesso passava a direito. Assim aconteceu, por exemplo, com um vestido de Paulo e outro de Luís, em 1782. No último caso, foi especificado que o trabalho, o pano de Saragoça para as mangas, o pano de Holanda para o forro das mesmas e a baeta para o forro da parte dianteira importaram em 3.160 réis²⁶. Muitos outros exemplos se encontram ao longo dos anos seguintes²⁷. Tingiam-se chapéus²⁸, acrescentavam-se meias²⁹ e também se cerziam³⁰. Os sapatos e as botas eram frequentemente arranjados, sendo vulgar a mudança de solas, de tacões e de biqueiras.

A morte dos membros da realza implicava o uso de luto na Corte. Entre os servidores exóticos de D. Maria I, tal também se verificou: em 1786, com o falecimento de D. Pedro III, consorte da Rainha, e em 1788, com D. José, príncipe do Brasil, o herdeiro do trono³¹. No primeiro caso foram compradas fivelas de luto para Marcelino e quatro vestidos de luto para os quatro negros, acreditamos que para Martinho Tomás, Luís, Paulo e Marcelino. cremos que os mais jovens, Luís e Benedito teriam ficado dispensados³². No segundo caso, foram feitas diversas peças de roupa com fumo e fivelas para Ciríaco, José Maria, D. José e D. Pedro, no valor de 38.780 réis, além de terem sido adquiridas cinco gravatas pretas³³.

Ficamos também a saber que 30 varas de linho – uma vara equivale a 1,10 metros, logo 33 metros – permitiam confeccionar 12 camisas. Isto é, cada camisa levava 2,75 metros logo, o tecido era bastante estreito. Quatro côvados e meio de pano de Saragoça – cada côvado equivale a 0,681 metros, logo, 3,06 metros – permitiam costurar uns calções, o que evidencia, mais uma vez, a estreiteza do tecido. Mais complexas se mostram as interpretações relativamente aos

²⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 324.

²⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 324.

²⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330, cx. 335, cx. 341.

²⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330, cx. 333, cx. 339a, cx. 341.

²⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331, cx. 333, cx. 336, cx. 339a, cx. 341.

³⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331.

³¹ Sobre este príncipe, cf. João Pedro Ferro, *Um Príncipe Iluminado Português: D. José (1761-1788)*, Lisboa, Lúçifer, 1989.

³² Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330.

³³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 320.

lençóis. Um documento dá conta que 30 varas de linho permitiam confeccionar seis lençóis³⁴. Ou seja, para cada lençol eram necessários 5,5 metros, o que corrobora a estreiteza do pano e pressupõe que o mesmo era dividido em três partes, para se obter um lençol de 1,83 metros, que não era nada pequeno pois, então, as camas eram mais reduzidas, a posição em que se dormia era a fetal e estas eram camas de anões. Desconhecemos se estas quantidades de linho também incluíam o tecido para as almofadas. Outro documento indica 12 varas de linho (13,20 metros) para dois lençóis, isto é, 6,60 metros para cada um. Se fizermos o mesmo raciocínio – dividir o pano em três partes – obteríamos um lençol exíguo de 1, 20 metros. Talvez um lençol de bom tamanho para um anão.

A partir de Fevereiro de 1783, foi dispendida certa quantia relativa à lavagem da roupa dos três negros, Martinho Tomás, Luís e Paulo, a qual, nesse ano, oscilou entre 75 e 270 réis³⁵. Ao longo dos anos seguintes, essas verbas foram sendo maiores, chegando a ultrapassar os 2.000 réis, pois, como já se referiu, mais pessoas foram integrando a pequena Corte. Com as mortes de alguns anões, as verbas relativas à lavagem da roupa diminuíram. A saída de alguns serviçais exóticos para a Real Fábrica da Fundição, para a Aula de Desenho e para a Casa Pia, implicou o pagamento de verbas separadas para o efeito.

Desde Abril de 1783, os três negros passaram também a receber tabaco. Por regra, uma quarta (isto é, uma quarta de arrátel, ou seja 0,115 quilos) para todo o grupo. Esta quantidade começou por custar 225 réis e estabilizou nos 300 réis, mantendo o preço até 1798. Não sabemos se todos consumiam tabaco, nem se o mesmo era fumado, mascado ou inalado³⁶. Porém, o gasto foi aumentando, rapidamente passou a duas quartas e, a partir de Abril de 1788, frequentemente, a três quartas por mês. O tabaco diminuirá a partir de 1793, quando ficou quase sempre nas duas quartas mensais. A partir de 1794, só Sebastião recebeu uma quarta de tabaco por mês. Tal regalia foi abolida em Abril de 1798. Alguns dos servidores também foram presenteados com caixas de tabaco, caso de Marcelino, em Junho de 1785³⁷, Martinho Tomé, em 1786³⁸ e outros³⁹.

³⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 319.

³⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 325.

³⁶ Sobre o consumo de tabaco, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *A Herança das Américas em Portugal* [...], pp. 61-97. Sobre a comercialização do tabaco, cf. Paula Alexandra Grazina Gonçalves, *Usos e Costumes de Tabaco em Portugal nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

³⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 326.

³⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 328.

³⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 334a.

A partir de Dezembro de 1785, registaram-se despesas com um mestre-escola⁴⁰. Primeiro para Luís e Benedito. A partir de Janeiro de 1787, para Ciríaco e José⁴¹. O mestre dos primeiros recebia 480 réis por aluno, cada mês, enquanto o dos segundos auferia 800 réis, igualmente por aluno, cada mês. Em Março de 1787, o mestre-escola de Luís e Benedito recebeu um novo aluno: Mateus⁴². Em Abril, mais dois se juntaram: Martinho Tomé e Marcelino⁴³ e, em Agosto, Sebastião⁴⁴. Por seu lado, o professor de Ciríaco e José passou a leccionar também a um outro negro conhecido como D. José⁴⁵. Aos alunos foi também fornecido material escolar diverso: pastas, palmatórias, catecismos, cartilhas e tinteiros⁴⁶. Paulo, em Setembro de 1787, ingressou na Aula de Pintura. Presumimos que na Aula Pública de Desenho, fundada em 1781 na Casa Pia, por Pina Manique, o embrião da Escola de Belas Artes de Lisboa⁴⁷. Naquele mês, foram adquiridos diversos materiais, no valor de 2.010 réis: papel, lápis, penas de latão e “mais miudezas precisas para o preto Paulo principiar a riscar na Aula da Pintura”⁴⁸. Paulo ficará anos afastado de Belém, já que, com frequência encontraram-se verbas específicas para os gastos com este em roupa nova, em arranjos feitos ao vestuário, lavagem da roupa, sapatos, material escolar e, mensalmente, em “comedorias”, isto é, quantias diárias para satisfação das necessidades alimentares – à razão de 300 réis por dia. A situação mantém-se até Setembro de 1796, data a partir da qual nada mais se sabe acerca deste indivíduo. Antes, em Março de 1793, registe-se uma interessante despesa, no valor de 9.600 réis, relativa a “noventa estampas de pais e figuras e ornato”, necessárias à aprendizagem de Paulo⁴⁹.

Em Agosto de 1788, Luís, Benedito e Martinho foram levados para a Real Fábrica da Fundição de Artilharia⁵⁰. Passaram a auferir de 300 réis por dia para as “comedorias”. Em Agosto, os

⁴⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 327.

⁴¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁴² Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 327.

⁴³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁴⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁴⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁴⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 362, cx. 330.

⁴⁷ José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, vol. 1, Lisboa, Bertrand, 1966, p. 66.

⁴⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁴⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 335.

⁵⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330. Presumimos que se trata da fundição da Porta da Cruz ou Fundição de Cima (Lisboa), que fabricava armas e fornecia os estaleiros de construção naval. Cf. Casimiro Dias Morgado, “Fundição de Cima”, *Dicionário de História de Lisboa*, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994, pp. 425-426; Jorge Pedreira, “A Indústria”, *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. 1 (O Século XVIII), organização de Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 194.

aprendizes receberam diverso material: três compassos de latão, duas canetas de lata, papel de diversas qualidades, três paus de tinta-da-china, três lápis para debuxo e três canivetes para os aparar⁵¹. Em Julho de 1789, Luís adoeceu. Os serviços do boticário ascenderam a 7.770 réis⁵². Ausentou-se para o Estoril, em Setembro de 1789, quando recebeu 480 réis para “o que lhe fosse preciso”⁵³. Em Fevereiro do ano seguinte, Luís e Benedito adoeceram e acabaram por recolher à enfermaria. Em Março, regressaram ao serviço. Luís voltou a necessitar dos serviços do boticário em Maio e, em Setembro, foi para as Caldas da Rainha, só tendo ingressado na Real Fábrica, em Novembro⁵⁴. As “comedorias” com os negros da Fundação deixaram de se registar em Fevereiro de 1796.

Assistência médica foi necessária com frequência. O anão Marcelino terá sido o menos saudável e talvez o mais vistoso dos serviçais da Corte exótica. Chegou em Maio de 1784 e faleceu em Novembro de 1789. As despesas com o médico, o cirurgião e as mezinhas preparadas na botica foram frequentes. Logo em Junho de 1784, foi assistido pelo médico, o qual cobrou 2.400 réis⁵⁵. Em Setembro de 1785, deixou Belém “para hir tirar hum dente a Lisboa”⁵⁶. Em Maio do ano seguinte, os medicamentos importaram em 1.000 reais⁵⁷; em Fevereiro de 1787, mais duas verbas foram gastas com a botica: 640 e 535 réis⁵⁸; em Novembro foram dispendidos 240 réis e, em Dezembro 470 réis⁵⁹. Em 1788, a situação melhorou bastante. Marcelino só voltou a adoecer em Fevereiro e em Outubro. Então foram gastos 2.491 réis e 250 réis em remédios, respectivamente. Porém, em Novembro de 1789, o anão pereceu. Naquele mês foram pagas diversas quantias ao médico, ao cirurgião e ao boticário. Um cónego da sé de Lisboa dirigiu-se a Belém para “instruir e confessar Marcelino”. No funeral foram gastos 13.200 réis⁶⁰.

⁵¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 332.

⁵² Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a

⁵³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331. As chamadas “praias da Linha” só começaram a conhecer lugar de destaque para banhos curativos durante o século XIX. Cf. Maria Luísa Afonso Martins, *A Vilegiatura Marítima no século XIX. De Belém a Cascais*, 2 vols, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1996.

⁵⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 332. Sobre as Caldas da Rainha enquanto local de tratamento, cf. João Bonifácio Serra, *Introdução à História das Caldas da Rainha*, 2.^a edição, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1995.

⁵⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 326.

⁵⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 327.

⁵⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 328.

⁵⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁵⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁶⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a.

Foram necessários cuidados médicos para outros negros em várias ocasiões: o cirurgião Domingos de Almeida, em Outubro de 1783, recebeu 6.400 réis pelo “que fez na molestia do preto Luis”⁶¹. Novos tratamentos lhe foram pagos em Dezembro de 1788, desta vez no valor de 6.400 réis⁶² e em Setembro de 1789, quando recebeu 3.200 réis pela assistência prestada a Martinho Tomás⁶³. Em Agosto de 1784, Paulo recebeu uma bengala⁶⁴, em Abril de 1787, remédios no valor de 630 réis⁶⁵. Em Outubro de 1786, foi paga uma receita no valor de 1.200 reis que se destinou a Ciríaco⁶⁶. Este e Martinho voltaram a ser medicados, em Maio de 1787⁶⁷. No mês seguinte, Ciríaco já estava recuperado mas Martinho ainda precisou de medicação, no valor de 490 réis⁶⁸. Em Fevereiro do ano seguinte, foi adquirido um botão para a “quebradura do preto anão”, desconhecemos para qual deles⁶⁹. Diversas vezes foram compradas bulas para os negros, permitindo-lhe a ingestão de carne em dias defesos, presumivelmente por se encontrarem doentes⁷⁰.

Em Setembro de 1788, foram gastos 80 réis com o “preto branco”, isto é, com Mateus⁷¹. A partir de 1788, várias quantias foram dispendidas com um outro anão, conhecido como D. Pedro. Em Janeiro, 710 réis por “duas galinhas por estar doente”. No mês seguinte, 4520 réis, “na sua molestia”, aos quais se juntaram 2.491 réis de medicamentos vindos da botica. Em Março, foram adquiridos 20 arráteis de carne consumidos na Quaresma, devido à doença. Em Abril, mais carne e medicamentos, tudo no valor de 1.290 réis. Nos meses seguintes, as despesas continuaram: 635 réis em remédios, no mês de Maio; 570 réis em Junho, 440 em Julho e mais duas galinhas no valor de 800 réis. A doença parece ter sido vencida pois, em Agosto, já não houve gastos com medicamentos, apesar de o anão ter comido carne em dias de jejum.

⁶¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 325.

⁶² Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330.

⁶³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331.

⁶⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 327.

⁶⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁶⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 328.

⁶⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁶⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁶⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

⁷⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 327, cx. 329, cx. 332.

⁷¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330.

O mesmo aconteceu em Setembro⁷². D. Pedro voltou a receber medicamentos em Abril de 1789, em Janeiro de 1794⁷³, em Abril de 1795⁷⁴ e em Outubro de 1797⁷⁵.

Em Junho de 1789, foram gastos 60.494 réis com “os pretinhos que estão em casa das Senhoras Teixeira”. As crianças tinham tido “bixigas”⁷⁶. No mesmo ano de 1789, Mateus foi medicado, sendo pagos 6.400 réis a Domingos Almeida pela “cura que fes ao preto branco Matheus”. No recibo especificou-se que recebeu por “lhe extrahir o teatoma do pescoço”⁷⁷. Neste mesmo ano, Martinho Tomás além de remédios consumiu carne e galinhas por estar enfermo⁷⁸, enquanto Luís precisou dos cuidados do boticário António José Ferreira⁷⁹. O “china” José Manuel também necessitou de atenções médicas em 1790⁸⁰. Neste mesmo ano, Ciríaco voltou a adoecer. Registam-se gastos com a sua doença em Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro⁸¹. Em 1791, a situação de Ciríaco complicou-se. De Janeiro a Julho foram gastos 105.515 réis com a assistência médica que lhe foi prestada. Destaque para alguns “mimos” como leite de burra, cevadinha de França, farinha de aveia, doce e frangos, alimentos que eram entendidos simultaneamente como medicamentos. Esta concepção hipocrática-galénica utilizava os alimentos como fármacos, o que implicava o reforço da dieta alimentar prescrita aos doentes hospitalizados ou medicados em casa⁸². Em Junho, Ciríaco estava acamado em casa das senhoras Teixeira. Foi-lhe, então, enviada uma esteira e “humasaca de carvão para se fazer os remédios”. Porém, o “preto malhado” acabou por falecer em Julho. No enterro foram gastos 22.860 réis. No convento de Nossa Senhora da Boa Hora foram rezadas 100 missas pela sua alma⁸³. Em Fevereiro de 1792, a Corte exótica perdeu mais um membro: D. José. As várias verbas dispendidas em medicamentos e a assistência prestada pelo cirurgião não impediram

⁷² Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330.

⁷³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 336.

⁷⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 337.

⁷⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 339.

⁷⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a.

⁷⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a.

⁷⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331.

⁷⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a.

⁸⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 332.

⁸¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 332.

⁸² Laurinda Abreu, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage, 1999, pp. 398-400, *passim*; Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos Pobres e Emprestar a Deus. As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, [s.l.], Santas Casas da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000, pp. 215-218, 657-658.

⁸³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 333.

que perecesse. O enterro importou em 10.390 réis⁸⁴, menos de metade do que custara o de Ciríaco, no ano anterior. Por seu lado, o anão Martinho Tomás necessitou de medicamentos, bem como dos cuidados do médico e do cirurgião até Março de 1793, data em que faleceu. As cerimónias fúnebres do primeiro anão da Rainha importaram em 12.420 réis. Por sua alma foram rezadas 40 missas⁸⁵. No mesmo ano de 1793, a Mateus foi extraído um dente e José Maria adoeceu, registando-se diversos gastos com a botica. Em 1795, José Maria e Sebastião também beneficiaram de remédios⁸⁶. Dois anos depois, os referidos voltaram a adoecer. Destaque para o consumo de aguardente a título curativo e de certa intervenção cirúrgica feita a José Maria, designada na documentação como “tumor gládoloso em a articolação da mão com o antebraço”⁸⁷.

A documentação dá conta de alguns artífices que serviam a Corte. Assim, o alfaiate que confeccionou a maior parte do vestuário, da roupa de cama e mesa e dos chapéus foi Francisco Cardoso. O primeiro sapateiro documentado foi António José de Abreu. A partir de 1788, outro sapateiro e outro alfaiate também trabalharam para os servidores exóticos de D. Maria I: José Faustino e José Francisco, respectivamente. Nos anos noventa, Margarida Rosa confeccionou algumas peças de vestuário e de cama e mesa, realizando também diversos arranjos em peças de roupa⁸⁸. Em 1789, Manuel Gomes forneceu sapatos⁸⁹ e, em 1792, o mesmo fez Carlos dos Reis⁹⁰. No ano seguinte, encomendas afins foram satisfeitas por João Pereira⁹¹. O cabeleireiro de Marcelino foi José da Rosa⁹². Alguns tecidos, enxergões e cobertores foram fornecidos por Manuel Neto Carvalho⁹³, os colchões foram pagos a António Antunes⁹⁴, enquanto lenços azuis e brancos foram vendidos por José Pinhão⁹⁵. Francisco José Setúbal forneceu o papel⁹⁶.

⁸⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 334a.

⁸⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 335.

⁸⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 337.

⁸⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 339.

⁸⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 335.

⁸⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a.

⁹⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 334a.

⁹¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 335.

⁹² Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 326.

⁹³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331.

⁹⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 330.

⁹⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 328.

⁹⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331.

João Oleão Nunes vendeu lápis, pincéis, papel⁹⁷ e louça⁹⁸. No âmbito da assistência médica, o cirurgião foi Domingos de Almeida⁹⁹, o médico José Joaquim de São Tomás¹⁰⁰ e o boticário António José Ferreira¹⁰¹.

A pequena Corte foi presenteada em vários momentos, especialmente quando a Rainha visitava a Quinta. Assim aconteceu em 1787, tendo os 11 negros recebido 5.280 réis¹⁰² e no dia de São Jerónimo de 1790, quando sete negros receberam um cruzado novo cada, num total de 3.360 réis¹⁰³. Em 1792, a princesa D. Carlota Joaquina já possuía uma “china” que, de vez em quando, visitava Belém. Antes de 1794, a princesa passou a ter no real Paço “duas pretinhas”. Os gastos com estas meninas não foram incluídos pois, apesar de estas serem sustentadas pelas quantias administradas pelo desembargador que cuidava das contas da residência de Belém, não faziam parte dos serviços de D. Maria I.

O exotismo da pequena Corte não deixou de merecer a atenção de diversas figuras ou de ser immortalizado através da pintura. Para William Beckford, o facto de D. Maria I se fazer acompanhar por negras anãs e de manter pretos pequenos no real Paço de Belém deu origem a uma moda imediatamente seguida pela nobreza de Corte. Em carta datada de 25 de Novembro de 1787, considerou, a respeito da condessa de Pombeiro ter ido ao teatro do Salitre acompanhada por duas criadas negras, que “o grande tom agora, na corte, é andar rodeado de favoritas africanas, tanto mais estimadas quanto mais hediondas, e enfeitá-las o mais ricamente possível. Foi a rainha que deu o exemplo, e na família real andam à competência em presentear e festejar dona Rosa, a negra beijuda e desnarigada valida de Sua Majestade”¹⁰⁴. Em missiva anterior, de 22 de Setembro, já se referira acerca de D. Rosa “a anã preta favorita, trajando uma flamante amazona escarlata, e menos travessa que na última vez que eu tivera o gosto de a encontrar naquela encantadora mansão, estava mais sentimental, encostada à porta, olhando de través e namoriscando um belo mouro”¹⁰⁵. D. Rosa, que se mantinha sempre com a Rainha, só ia ao real Paço de Belém quando a soberana o visitava. Assim se explica que não se tenham

⁹⁷ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 332.

⁹⁸ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 334.

⁹⁹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 325.

¹⁰⁰ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a.

¹⁰¹ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 331a.

¹⁰² Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

¹⁰³ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 332.

¹⁰⁴ William Beckford, *A Corte da Rainha D. Maria I. correspondência de... 1787*, Lisboa, Frenesi, 2003, p. 162.

¹⁰⁵ William Beckford, *A Corte da Rainha D. Maria I [...]*, p. 132.

registado despesas com esta servidora, com excepção de certa merenda, que custou 60 réis, servida em Junho de 1785¹⁰⁶. Esta anã teve direito a um retrato da autoria de Joaquim Manuel da Rocha, depositado na Academia das Ciências de Lisboa, referido num inventário de 1834, do qual apenas se sabe que tinha “moldura dourada”¹⁰⁷.

D. Rosa, tal como outros membros da Corte exótica ficaram immortalizados na pintura de José Conrado Rosa, conhecida como *Cortejo Nupcial*, realizada em 1788, a pedido da princesa D. Maria Francisca Benedita¹⁰⁸. A representação é realista. Os retratados foram medidos e pintados de forma que fisionomia, cor, altura e grossura correspondessem aos originais, segundo informa uma inscrição aposta numa das extremidades da pintura¹⁰⁹. A noiva, vestida de cor de rosa, é talvez D. Rosa. O noivo poderá ser Marcelino, Martinho Tomás, Mateus ou D. Pedro. Atrás de ambos, eventualmente, um dos citados. Em baixo, uma figura alegórica do continente americano, D. Ana, D. José (um anão de 30 anos remetido do Rio de Janeiro, pelo vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, chegado a Lisboa a 14 de Dezembro de 1785¹¹⁰), Ciríaco e Sebastião. Na tanga de Ciríaco pode ler-se: “Síriaco natural de Catingumba, donde passou a Bahia e dahi o mandou de presente [a]o Príncipe N. S. D. José, o Governador e capitão general q[ue] então era D. Rodrigo Joze de Menezes e Noronha. Tem 12 annos de idade; chegou a esta corte em Julho de 1786. Os raros e celebres accidentes deste preto se descobrem no seu retrato”¹¹¹.

¹⁰⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 327.

¹⁰⁷ Álvaro Neves, *Notícia dos Quadros e Esculturas existentes na Academia das Ciências de Lisboa, em 1834 e em 1917*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 23. Desconhecemos o paradeiro actual desta pintura da autoria de Joaquim Manuel da Rocha.

¹⁰⁸ Sobre esta figura da Casa Real, cf. Paulo Drumond Braga, *A Princesa na Sombra. D. Maria Francisca Benedita. (1746-1829)*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2007.

¹⁰⁹ Júlio Jesus, *Joaquim Manuel da Rocha. Joaquim Leonardo da Rocha. Pintores dos séculos XVIII-XIX. Subsídios para as suas Biografias e alguns Elementos para o Estudo das suas Obras*, Lisboa, Tipografia Gonçalves, 1932, p. 127; Hugo Xavier, “Os Tempos Monárquicos: dos Faustos Joaninos ao Ateliê de D. Carlos”, *Pintura e Mobiliário do Palácio de Belém*, coordenação de Diogo Gaspar, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2005, p. 26.

¹¹⁰ Júlio Jesus, *Joaquim Manuel da Rocha [...]*, p. 128.

¹¹¹ *Apud*. Júlio Jesus, *Joaquim Manuel da Rocha [...]*, p. 128; Hugo Xavier, “Os Tempos Monárquicos [...], p. 26.



Fig. 1 – José Conrado Rosa, *Cortejo Nupcial* (1788).
Óleo sobre tela. La Rochelle, Musée du Nouveau Monde.

Ciriaco impressionou bastante. Nascido cerca de 1775, foi oferecido a D. José, príncipe do Brasil, pelo governador da Baía. Chegou à Corte em Julho de 1786. Era um raro albino parcial, um negro pigarço, com manchas negras e brancas irregularmente dispostas. Foi referido pelo marquês de Bombelles. No diário, a 22 de Dezembro de 1786, a propósito de certa visita ao real Paço de Belém, o francês anotou: “on nous a aussi fait voir un petit nègre qui a plusieurs parties du corps blanches; il est tigré fort régulièrement sur le visage; ses gardiens prétendent que ce n’est pas l’effet de quelque maladie; la singularité de cette carnation n’empêche pas que l’effet n’en soit très répugnant”¹¹². Dele foram pintados três retratos¹¹³, além de figurar igualmente na pintura do cortejo nupcial. Em Outubro de 1786, já havia um retrato, pois o transporte do mesmo para Belém importou em 180 réis¹¹⁴. Ciriaco tinha então 12 anos. Em Dezembro do mesmo ano, foram gastos mais 1.900 réis, em baeta para embrulhar a pintura, enquanto Joaquim Manuel da Rocha recebeu 48.000 réis por um retrato do “preto malhado” e 86.000 réis por mais duas pinturas do mesmo¹¹⁵. Em Março do ano seguinte, uma das pinturas

¹¹² Marquis de Bombelles, *Journal d’un Ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*, introdução de Roger Kann, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Presses Universitaires de France, 1979, p. 70.

¹¹³ Sobre estas pinturas e os seus autores, cf. Júlio Jesus, *Joaquim Manuel da Rocha. Joaquim Leonardo da Rocha. [...]*; Fernando Pamplona, *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, 4.ª edição, vol. 5, Porto, Civilização, 2000, pp. 65 e 97; Carlos Almaça, *Ciriaco, um Negro Pigarço do século XVIII*, Lisboa, Museu Nacional de História Natural, 1996; Hugo Xavier, “Os Tempos Monárquicos [...]”, pp. 25-27.

¹¹⁴ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 328.

¹¹⁵ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 328.

– embrulhada em tafetá, no valor de 3.200 réis – foi enviada ao embaixador de Espanha¹¹⁶. Em Portugal, resta uma cópia dos retratos, da autoria de Joaquim Leonardo da Rocha, filho de Joaquim Manuel da Rocha. Dos restantes, sabe-se que um está na Faculdade de Medicina de Paris, outro no Museu Etnográfico de Madrid e o terceiro, pertencente à Galeria de Pintura do Palácio Nacional da Ajuda, ardeu em 1974¹¹⁷.



Fig. 2 – Joaquim Leonardo da Rocha, *Retrato de Ciriaco* (1787).
Óleo sobre tela. Lisboa, Museu Nacional de História Natural.

4. Quais as quantias dispendidas com estes serviçais exóticos? Que percentagens representaram essas quantias no total dos gastos particulares – que incluíam as verbas afectas ao pessoal, ao jardim botânico, ao zoo e, bem assim, alguns gastos para o quarto do Paço de Belém, tais como carregamentos de produtos do cais para o palácio, géneros tão diversificados como papel, vassouras, esponjas e ratoeiras; alguns bens alimentícios, tais como chocolate, chá, café e doces, alguns dos quais eram enviados para Espanha; água de Inglaterra, um ou outro utensílio de cozinha, como garrafas, boiões, potes, sorveteiras, cafeteiras e torradores de café; sem esquecer algumas gratificações, o pagamento de serviços pontuais como os gastos em confecções de

¹¹⁶ Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 329.

¹¹⁷ Hugo Xavier, “Os Tempos Monárquicos [...]”, p. 26, nota 39.

gaiolas ou com os que esfolavam os felinos mortos provenientes do jardim zoológico. O quadro abaixo permite responder a estas interrogações¹¹⁸.

Quadro 1
Gastos totais com os serviços exóticos da Corte de D. Maria I

Ano	Despesa Total	Gastos com Serviços	Percentagem face ao Total
1777	7690\$358	34\$650	0,45
1778	7615\$976	23\$690	0,31
1779	6329\$675	2\$400	0,03
1780	6460\$888	16\$690	0,25
1781	7484\$916	86\$000	1,14
1782	7102\$252	72\$190	1,01
1783	8306\$920	115\$530	1,39
1784	10459\$635	277\$460	2,65
1785	?	174\$390	?
1786	10588\$318	598\$141	5,64
1787	11761\$508	616\$850	5,24
1788	13507\$762	813\$839	6,02
1789	?	876\$809	?
1790	17732\$583	962\$265	5,42
1791	15705\$883	845\$755	5,38
1792	16216\$980	688\$980	4,24
1793	15399\$940	586\$850	3,81
1794	18722\$570	656\$495	3,50
1795	14750\$158	521\$715	3,53
1796	15266\$702	221\$260	1,44
1797	14683\$608	101\$640	0,69
1798	14461\$126	51\$075	0,35
1799	18494\$868	73\$315	0,39

¹¹⁸ O quadro foi elaborado com as informações constantes de Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 319-341^a ou cx. 3591-3629, segundo outra numeração.

Os gastos com a “Corte exótica” nunca foram superiores a 6,02% nem inferiores a 0,03 %. Porém, há que pontualizar. Nos primeiros anos, quando as percentagens foram inferiores a 1%, havia menos elementos para vestir e cuidar. Ao longo dos anos oitenta foram chegando mais anões a Belém, consequentemente as despesas aumentaram bastante. As mortes, sem a chegada de novos elementos, coincidiram com a doença mental de D. Maria I, incapacitada de governar desde 1792. Então, o brilho da “Corte exótica” começou a desvanecer. Efectivamente, a morte de Marcelino, em Novembro de 1789 marcou o início do desmantelamento irreversível do grupo. Posteriormente, faleceram Ciríaco, D. José e Martinho Tomás. Mesmo antes dos referidos falecimentos, alguns negros tinham saído. Paulo, como já notámos, em Setembro de 1787, ingressou na Aula de Pintura, enquanto em Agosto de 1788, Luís, Benedito e Martinho foram para a Real Fábrica da Fundição de Artilharia. Finalmente, em Março de 1794, Mateus foi preso e ingressou na recém fundada Casa Pia, que então funcionava no Castelo¹¹⁹.

Uma análise mais fina permite avaliar a distribuição das verbas dispendidas com os servidores exóticos por sectores: vestuário, calçado, roupa de cama e peças de louça, assistência médica, educação, lavagem de roupa, tabaco, que era distribuído a título de mercê; “comedorias”, isto é, quantia diária destinada à alimentação, para os que saíam do real Paço de Belém e outros gastos, como por exemplo com o pároco que baptizou Luís e Paulo, e com objectos tão diversos como penteadores, terços, caixas de tabaco, esponjas de banho e ainda cerimónias fúnebres, transportes e afins. Estes gastos não incluíram a alimentação dos que residiam em Belém, da qual nada sabemos¹²⁰.

¹¹⁹ Sobre esta instituição, cf. Carlos Pinto Ascensão, “Casa Pia”, *Dicionário de História de Lisboa*, direcção de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994, pp. 236-239.

¹²⁰ O quadro foi elaborado com as informações constantes de Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 319-341a ou cx. 3591-3629, segundo outra numeração.

Quadro 2

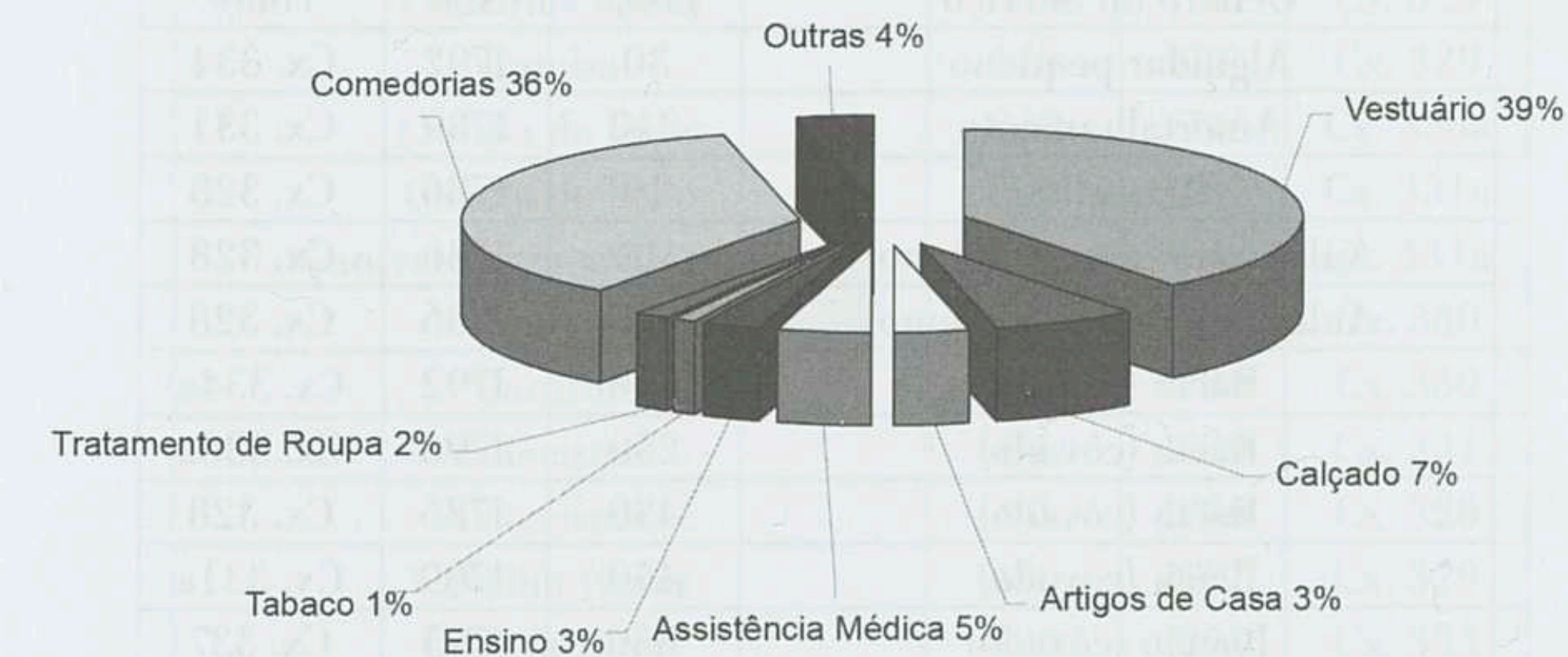
Gastos sectoriais com os serviçais exóticos da Corte de D. Maria I

Ano	Vestuário	Calçado	Artigos de Casa	Assistência Médica	Ensino	Tabaco	Tratamento da Roup	Comedorias	Outros
1777	25\$500	2\$850	6\$300	-	-	-	-	-	-
1778	18\$460	5\$230	-	-	-	-	-	-	-
1779	\$800	1\$600	-	-	-	-	-	-	-
1780	11\$850	4\$840	-	-	-	-	-	-	-
1781	54\$755	3\$600	27\$105	\$540	-	-	-	-	-
1782	62\$990	4\$400	-	-	-	-	-	-	4\$800
1783	88\$395	15\$960	-	6\$400	-	2\$925	1\$850	-	-
1784	232\$315	16\$220	4\$480	2\$400	-	3\$300	3\$645	-	15\$100
1785	135\$760	19\$060	6\$950	\$480	\$960	5\$100	4\$430	-	1\$650
1786	385\$310	32\$920	15\$205	4\$860	9\$900	4\$200	7\$466	-	138\$280
1787	401\$870	50\$630	51\$590	5\$150	50\$910	6\$300	13\$660	22\$300	14\$440
1788	409\$360	60\$160	75\$040	22\$769	41\$620	8\$400	9\$890	186\$610	10\$505
1789	178\$655	83\$815	23\$400	112\$394	29\$260	9\$300	18\$385	399\$510	22\$090
1790	390\$465	49\$770	1\$950	37\$980	25\$460	9\$000	20\$740	404\$860	22\$040
1791	206\$550	39\$920	3\$560	105\$515	18\$220	9\$600	13\$840	400\$610	47\$940
1792	167\$825	36\$010	5\$830	40\$170	10\$145	9\$300	13\$150	395\$120	11\$530
1793	97\$055	34\$140	29\$180	15\$970	18\$400	7\$500	11\$005	373\$600	12\$420
1794	147\$435	24\$870	33\$190	1\$160	9\$280	3\$600	8\$080	428\$880	\$480
1795	81\$385	31\$470	2\$000	\$700	9\$700	3\$600	4\$790	388\$070	-
1796	114\$760	20\$750	3\$180	-	-	3\$900	3\$590	75\$080	-
1797	46\$590	14\$220	4\$240	30\$210	-	2\$400	3\$980	-	-
1798	29\$105	13\$080	1\$360	4\$080	-	900	2\$550	-	-
1799	39\$020	29\$925	-	-	-	-	4\$370	-	-

Como se pode verificar pelo gráfico, as parcelas mais significativas referem-se ao vestuário e calçado, as quais representam 46% do total ou 48% se incluirmos os cuidados com o tratamento da roupa. Não desprezível é a verba destinada à alimentação dos que estavam ausentes de Belém, 36% do total. Todos os restantes gastos: assistência médica, ensino, artigos de casa e tabaco, representaram baixas percentagens.

Gráfico 1

Percentagens dos Gastos Sectoriais com os Servidores Exóticos (1777-1799)



Os gastos permitem fazer um pequeno inventário dos preços de alguns bens e serviços praticados em Lisboa durante o reinado de D. Maria I. Se bem que muitas vezes as quantias sejam relativas a totais, como por exemplo, várias peças de vestuário, em outros casos aparecem preços unitários. Assim, é visível não só o aumento do preço de certos produtos, tais como chapéus, sapatos e alguns tecidos, como preços diferentes para o mesmo género ao longo do ano, o que deverá ser entendido em resultado de estarmos perante bens de qualidades ou feitos diferentes. Tais são os casos, por exemplo, de chapéus, sapatos, tecidos e diversas peças de vestuário.

Quadro 3
Preços de alguns Géneros e Serviços (1777-1799)

Género ou Serviço	Preço	Ano	Fonte
Alguidar pequeno	30	1792	Cx. 334
Amortalhamento	240	1789	Cx. 331
Atacador	10	1786	Cx. 328
Aulas (mensalidade/aluno)	480	1786	Cx. 328
Aulas (mensalidade/aluno)	800	1786	Cx. 328
Baeta (côvado)	250	1792	Cx. 334a
Baeta (côvado)	250	1796	Cx. 338a
Baeta (côvado)	430	1786	Cx. 328
Baeta (côvado)	450	1789	Cx. 331a
Baetão (côvado)	850	1795	Cx. 337
Baetão (côvado)	880	1789	Cx. 331
Baetão (côvado)	900	1793	Cx. 335
Baetão (côvado)	900	1795	Cx. 337
Banco	300	1791	Cx. 333
Bengala	1200	1785	Cx. 327
Bolsa para o cabelo	250	1787	Cx. 329
Bombazina (côvado)	380	1796	Cx. 338a
Botas	2400	1780	Cx. 322a
Botas	2400	1781	Cx. 323
Botas	4500	1799	Cx. 341
Botões de camisa (um par)	40	1788	Cx. 330
Cadeira de palha	480	1791	Cx. 333
Caixa de folha	300	1792	Cx. 334a
Caixa de tabaco	80	1784	Cx. 326
Caixa de tabaco	120	1787	Cx. 329
Caixa de tabaco	120	1792	Cx. 334a
Caixa de tabaco	160	1786	Cx. 328
Caixa de tabaco	160	1788	Cx. 330
Caixão (aluguer)	300	1789	Cx. 331
Caixão (aluguer)	480	1793	Cx. 335
Calções	1370	1780	Cx. 322a
Calções	1850	1791	Cx. 333
Calções de bombazina	1140	1797	Cx. 339
Calções de bombazina	2815	1797	Cx. 339a
Calções de veludo	2315	1795	Cx. 337
Calções de veludo	2400	1795	Cx. 337
Calções de veludo	2460	1796	Cx. 338a
Calções de veludo	2600	1793	Cx. 335
Calções de veludo	2800	1792	Cx. 334
Calções de veludo	2850	1799	Cx. 341

Calções de veludo	2900	1794	Cx. 336
Calções de veludo	3000	1791	Cx. 333
Cambráia (vara)	800	1784	Cx. 326
Cambráia (vara)	1000	1787	Cx. 329
Camisa	140	1787	Cx. 329
Camisa de linho	840	1796	Cx. 338a
Caneta de latão	200	1789	Cx. 331a
Canivete para aparar lápis	80	1789	Cx. 331a
Capote	775	1788	Cx. 330
Cartilha	100	1788	Cx. 330
Catecismo	60	1789	Cx. 331
Catecismo	80	1786	Cx. 328
Cavalim (vara)	480	1787	Cx. 329
Cera (arrátel)	400	1791	Cx. 333
Ceroulas	540	1790	Cx. 332a
Cetim (côvado)	880	1784	Cx. 326
Chapéu	800	1777	Cx. 319
Chapéu	800	1787	Cx. 329
Chapéu	800	1793	Cx. 335
Chapéu	800	1794	Cx. 336
Chapéu	1000	1795	Cx. 337
Chapéu	1200	1777	Cx. 319
Chapéu	1200	1784	Cx. 326
Chapéu	1200	1798	Cx. 340
Chapéu	1200	1799	Cx. 341
Chapéu	1250	1784	Cx. 326
Chapéu	1300	1778	Cx. 320a
Chapéu	1600	1782	Cx. 324
Chapéu	1640	1781	Cx. 323
Chapéu	1650	1785	Cx. 327
Chapéu	1700	1784	Cx. 326
Chapéu	1700	1786	Cx. 328
Chapéu	1700	1789	Cx. 331a
Chapéu	1800	1791	Cx. 333
Chapéu	1800	1792	Cx. 334a
Chapéu	1800	1795	Cx. 337
Chapéu	1900	1789	Cx. 331a
Chapéu	1900	1790	Cx. 332
Chapéu	2100	1799	Cx. 341
Chita (côvado)	480	1783	Cx. 325
Chita (côvado)	500	1786	Cx. 328
Chita (côvado)	500	1790	Cx. 332a
Cobertor	1400	1781	Cx. 323
Cobertor	1500	1796	Cx. 338a

Cobertor	1600	1786	Cx. 328
Cobertor	1800	1787	Cx. 329
Cobertor	2050	1785	Cx. 327
Cobertor	2100	1786	Cx. 328
Cobertor	2200	1789	Cx. 331a
Cobertor	2500	1797	Cx. 339
Colchão	3060	1786	Cx. 328
Colchão	5600	1788	Cx. 330
Colchão	6600	1787	Cx. 329
Colete	1750	1799	Cx. 341
Colete de chita	1300	1791	Cx. 333
Colher de estanho	50	1786	Cx. 328
Compasso de latão	240	1789	Cx. 331a
Droguete (côvado)	500	1784	Cx. 326
Droguete (côvado)	600	1784	Cx. 326
Droguete (côvado)	600	1790	Cx. 332
Droguete castor (côvado)	400	1789	Cx. 331a
Enxergão	400	1787	Cx. 329
Enxergão	800	1786	Cx. 328
Enxergão	800	1791	Cx. 333
Enxergão	900	1784	Cx. 326
Enxergão	900	1787	Cx. 329
Enxergão	900	1792	Cx. 334a
Enxergão	1350	1789	Cx. 331a
Enxergão	1360	1798	Cx. 340
Escova	120	1787	Cx. 329
Escova	120	1789	Cx. 331a
Escova	200	1786	Cx. 328
Espadim de prata	11000	1784	Cx. 326
Esponja de banho	135	1786	Cx. 328
Extracção de dente	240	1793	Cx. 335
Extracção de dente	480	1785	Cx. 327
Feitio de calções	960	1791	Cx. 333
Feitio de camisa	80	1777	Cx. 319
Feitio de camisa	120	1783	Cx. 325
Feitio de camisa	140	1786	Cx. 328
Feitio de camisa	140	1792	Cx. 334a
Feitio de camisa	160	1793	Cx. 335
Feitio de camisa	200	1791	Cx. 333
Feitio de ceroulas	60	1791	Cx. 333
Feitio de ceroulas	60	1793	Cx. 335
Feitio de ceroulas	80	1788	Cx. 330
Feitio de lenço	25	1788	Cx. 330
Feitio de lençol	50	1777	Cx. 319

Feitio de lençol	70	1792	Cx. 334a
Feitio de lençol	80	1793	Cx. 335
Feitio de meias	180	1791	Cx. 333
Feitio de meias	240	1792	Cx. 334a
Feitio de meias	240	1793	Cx. 335
Feitio de toalha das mãos	20	1792	Cx. 334a
Feitio de toalha de mãos	20	1788	Cx. 330
Feitio de toalha de mesa	40	1792	Cx. 334a
Feitio de vestido	700	1781	Cx. 323
Feitio de vestido	1600	1782	Cx. 324
Feito de camisa	20	1786	Cx. 328
Feito de camisa	120	1786	Cx. 328
Fita (vara)	50	1786	Cx. 328
Fita (vara)	60	1789	Cx. 331a
Fivelas	120	1780	Cx. 322a
Fivelas	150	1788	Cx. 330
Fivelas	240	1788	Cx. 330
Fivelas	380	1793	Cx. 335
Fivelas	1280	1787	Cx. 329
Fivelas de calção	80	1788	Cx. 330
Fivelas de luto	360	1786	Cx. 328
Fivelas de prata	2600	1784	Cx. 326
Fivelas de prata	2600	1787	Cx. 326
Fivelas de prata	3655	1785	Cx. 327
Fumo (marca de luto)	500	1788	Cx. 330
Galinha	400	1788	Cx. 330
Ganga (peça)	3300	1788	Cx. 330
Gravata	250	1793	Cx. 335
Gravata	320	1790	Cx. 332
Gravata	320	1792	Cx. 334a
Gravata	560	1795	Cx. 337
Gravata preta	360	1788	Cx. 330
Jaleco de chita	1945	1796	Cx. 338a
Lã (côvado)	130	1787	Cx. 326
Lápis para debuxo	80	1789	Cx. 331a
Lenço	140	1795	Cx. 337
Lenço	240	1777	Cx. 319
Lenço	260	1789	Cx. 331
Lenço	300	1791	Cx. 333
Lenço	310	1796	Cx. 338a
Lenço	320	1787	Cx. 329
Lenço	320	1790	Cx. 332
Lenço	360	1783	Cx. 325
Lenço	380	1784	Cx. 326

Lenço	400	1799	Cx. 341
Lenço	480	1784	Cx. 326
Lenço	550	1784	Cx. 326
Lençol	240	1794	Cx. 336
Lençol	420	1797	Cx. 339
Lençol	1300	1787	Cx. 329
Lençol	1680	1792	Cx. 334a
Lençol de estopa	1000	1796	Cx. 338a
Ligas	100	1789	Cx. 331a
Linha branca (arrátel)	760	1783	Cx. 325
Linha para meias (arrátel)	700	1784	Cx. 326
Linha para meias (arrátel)	700	1787	Cx. 329
Linho (vara)	210	1787	Cx. 329
Linho (vara)	240	1791	Cx. 333
Linho (vara)	260	1786	Cx. 328
Linho (vara)	270	1791	Cx. 333
Linho (vara)	280	1797	Cx. 339a
Linho (vara)	300	1788	Cx. 330
Linho (vara)	305	1786	Cx. 328
Linho (vara)	330	1797	Cx. 339a
Linho (vara), para camisa	240	1777	Cx. 319
Linho (vara), para camisa	290	1783	Cx. 325
Linho (vara), para camisas	280	1797	Cx. 339a
Linho (vara), para camisas	300	1784	Cx. 326
Linho (vara), para ceroulas	240	1784	Cx. 326
Linho (vara), para lençol	200	1777	Cx. 319
Linho (vara), para lençol	230	1784	Cx. 326
Linho grosso (vara)	235	1786	Cx. 328
Meias	160	1787	Cx. 329
Meias	180	1790	Cx. 332a
Meias	240	1778	Cx. 320a
Meias	240	1779	Cx. 321a
Meias	300	1786	Cx. 328
Meias	380	1780	Cx. 322a
Meias	380	1781	Cx. 323
Meias	550	1783	Cx. 325
Meias	700	1784	Cx. 326
Meias	800	1793	Cx. 335
Meias	850	1792	Cx. 334
Meias	850	1799	Cx. 341
Meias brancas	300	1777	Cx. 319
Meias brancas de linha	400	1796	Cx. 338a
Meias brancas de seda	1300	1789	Cx. 331a
Meias de lã	300	1788	Cx. 330

Meias de lã	400	1782	Cx. 324
Meias de lã	500	1796	Cx. 338a
Meias de lã	600	1787	Cx. 329
Meias de lã	650	1796	Cx. 338
Meias de lã	750	1789	Cx. 331a
Meias de lã	750	1797	Cx. 339a
Meias de lã	900	1795	Cx. 337
Meias de seda	1200	1784	Cx. 326
Meias de seda	1200	1788	Cx. 330
Meias de seda	2000	1790	Cx. 332a
Meias pretas	360	1777	Cx. 319
Meias pretas	640	1788	Cx. 330
Meias pretas	650	1795	Cx. 337
Meias pretas	750	1796	Cx. 338a
Meias pretas	800	1790	Cx. 332
Meias pretas	800	1792	Cx. 334a
Meias pretas	850	1795	Cx. 337
Meias pretas de linha	700	1796	Cx. 338a
Meias pretas de seda	1500	1789	Cx. 331a
Missa	120	1793	Cx. 335
Pano de Bretanha (peça)	1650	1786	Cx. 328
Pano de Bretanha (peça)	2400	1788	Cx. 330
Pano de Holanda (côvado)	150	1794	Cx. 336
Pano de Holanda cru (côvado)	140	1786	Cx. 328
Pano de Saragoça	800	1796	Cx. 338
Pano de Saragoça (côvado)	650	1781	Cx. 323
Pano de Saragoça (côvado)	800	1790	Cx. 332
Pano jardo (côvado)	550	1790	Cx. 332a
Pano jardo (côvado)	600	1791	Cx. 333
Pano jardo (côvado)	650	1787	Cx. 326
Pano rei	260	1786	Cx. 328
Pano rei (vara)	260	1790	Cx. 332a
Pano rei fino (vara)	360	1786	Cx. 328
Papel (mão)	80	1789	Cx. 331
Papel (mão)	500	1789	Cx. 331a
Papel (resma)	1200	1788	Cx. 330
Papel (resma)	1750	1791	Cx. 333
Papel de Holanda (mão)	750	1789	Cx. 331a
Papel ordinário	320	1789	Cx. 331a
Pasta escolar	130	1786	Cx. 328
Pau de tinta da China	100	1789	Cx. 331a
Pele para forrar assento de carro	400	1787	Cx. 329
Penico de barro	80	1792	Cx. 334
Penteadura (arranjo de cabelo)	50	1787	Cx. 329

Penteadura (arranjo de cabelo)	70	1786	Cx. 328
Pó para penteadura (arrátel)	60	1787	Cx. 329
Pote para água	160	1792	Cx. 334
Prato de barro	30	1792	Cx. 334
Riscado (vara)	240	1784	Cx. 326
Sapatos	550	1777	Cx. 319
Sapatos	550	1778	Cx. 320a
Sapatos	600	1778	Cx. 320a
Sapatos	600	1779	Cx. 321a
Sapatos	600	1780	Cx. 322a
Sapatos	700	1785	Cx. 327
Sapatos	700	1789	Cx. 331a
Sapatos	750	1777	Cx. 319
Sapatos	800	1777	Cx. 319
Sapatos	800	1778	Cx. 320a
Sapatos	800	1779	Cx. 321a
Sapatos	800	1780	Cx. 322a
Sapatos	800	1781	Cx. 323
Sapatos	800	1783	Cx. 325
Sapatos	800	1784	Cx. 326
Sapatos	800	1791	Cx. 333
Sapatos	900	1798	Cx. 340
Sapatos	960	1783	Cx. 325
Sapatos	960	1790	Cx. 332a
Sapatos	960	1791	Cx. 333
Sapatos	960	1791	Cx. 333
Sapatos	960	1798	Cx. 340
Sapatos	1080	1795	Cx. 337
Sapatos	1080	1795	Cx. 337
Sapatos	1080	1799	Cx. 341
Sapatos	1160	1796	Cx. 338a
Sapatos	1200	1796	Cx. 338a
Sapatos	1200	1798	Cx. 340
Solas de botas	240	1778	Cx. 320a
Solas de botas	240	1779	Cx. 321a
Solas de botas	240	1780	Cx. 322a
Solas de sapatos	160	1778	Cx. 320a
Solas e tacões	280	1793	Cx. 335
Tabaco (uma quarta)	225	1783	Cx. 325
Tabaco (uma quarta)	300	1783	Cx. 325
Tacões e biqueiras de sapatos	140	1793	Cx. 335
Talher (faca, garfo, colher)	190	1788	Cx. 330
Talher (faca, garfo, colher)	360	1792	Cx. 334
Tigelinha	25	1792	Cx. 334

Tingir um chapéu	100	1788	Cx. 330
Tingir um chapéu	180	1799	Cx. 341
Tinteiro de chumbo	100	1786	Cx. 328
Veludo (côvado)	440	1794	Cx. 336
Veludo (côvado)	440	1796	Cx. 338a
Veludo (côvado)	600	1782	Cx. 324
Veludo (côvado)	600	1791	Cx. 333
Vestia	2195	1792	Cx. 334a
Vestido	7780	1782	Cx. 324
Vestido para nadar	1600	1786	Cx. 328
Vestido para nadar	1800	1786	Cx. 328
Virar um vestido	2430	1799	Cx. 341

5. É tempo de responder a algumas perguntas que formulámos inicialmente. Porque chegaram negros anões a Portugal? Que papel desempenhavam na Corte? Como eram vistos? Como viviam? Começamos pela última interrogação. Os servidores exóticos da Corte de D. Maria I viveram muitíssimo bem. Envergaram vestuário de luxo, tiveram assistência médica e direito ao ensino, numa época em que o acesso a tais bens e serviços era privilégio de poucos. Não obstante, eram vistos como curiosidades, como pequenos animais exóticos que se exibiam, a par dos que estavam no zoo do mesmo real Paço de Belém. Olhados como seres curiosos, exóticos, feios, caricatos, portadores de algo de animal e algo de humano, eram um misto de bobos – e ainda os havia na Corte de D. Maria I, recorde-se o bobo Estácio e o bobo D. João de Falperra¹²¹ – com os quais alguns dos negros anões também conviveram, e um misto de animais bem ataviados, comparáveis aos cavalos bem ajaezados de então ou aos cães que exibem roupa de marca, na actualidade. Podemos vê-los também como objectos de colecção. Uma colecção de história natural e de raridades, tão em moda durante o Iluminismo, cuidadosamente enriquecida ao longo dos anos em que a Rainha teve saúde.

Remetidos do Brasil, independentemente de lá terem nascido ou de terem chegado previamente de África, estes negros escravos – um pouco coisas, um pouco pessoas – viveram numa época que assistiu ao início das campanhas abolicionistas na Europa¹²², em que o tráfico de escravos

¹²¹ Caetano Beirão, *D. Maria I. 1777-1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, 3.ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1944, pp. 307-308.

¹²² António Carreira, *Notas sobre o Tráfico Português de Escravos*, 2.ª edição, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983, p. 13, *passim*; José Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999, p. 34, *passim*.

em direcção à metrópole já estava proibido, desde 1761¹²³, mas em que a alforria era uma conquista individual, pois era objecto de compra ou de dádiva¹²⁴. Então, tal como no passado, o negro era ridicularizado em versos satíricos, folhetos de humor, almanaques e peças de teatro, onde o recurso à chamada “língua de preto” – com a adulteração do português na boca dos africanos – evidenciava a desigualdade e inferioridade do negro face ao branco¹²⁵, apelando ao jocoso e provocando o riso. Na própria Corte, o uso de dom – D. Rosa, D. José e D. Pedro – não destoou destas realidades.

As marcas na toponímia – rua do Poço dos Negros, rua das Pretas, Pátio das Pretas, para só referir o caso de Lisboa – e a presença dos negros nos provérbios – citem-se apenas alguns: *O trabalho é bom para o preto; Preto velho não aprende línguas; Ganhá-lo como um preto e gastá-lo como um fidalgo; Meu preto não gosta de favas, favas no preto; Quem é preto de nação, nem a poder de sabão; Ao bom cavalo, espora – ao bom escravo, açoite*¹²⁶ – são outros elementos que confirmam a presença e o *status*, ou a falta dele, dos negros na sociedade portuguesa setecentista. Porém, há que acrescentar um outro elemento. A maioria dos serviçais exóticos da Corte de D. Maria I, serviçais de exibição que nada faziam, tinha outra particularidade igualmente estigmatizante a juntar à cor da pele. Isto é, além de negros eram anões. Ora, então, a deficiência era objecto de chacota e factor de enorme exclusão social, impedindo não só o acesso a cargos e dignidades como até a algumas heranças e a simples formas de assistência¹²⁷. Curiosamente, os “pretos da rainha”, conseguiram, pelo menos na maior parte dos casos,

¹²³ Para uma cronologia da abolição da escravatura, cf. Didier Lahon, “Da Escravidão à Liberdade”, *Os Negros em Portugal. Séculos XV-XIX*, coordenação de Ana Maria Rodrigues, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 79-98.

¹²⁴ Sobre as alforrias deste período, cf. Francisco Santana, “De Coisa a Pessoa – Análise de Alforrias Setecentistas”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 117.ª série, n.º 1-2, Lisboa, 1999, pp. 181-204.

¹²⁵ José Ramos Tinhorão, *Os Negros em Portugal* [...], pp. 187-331; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, p. 57; Clara Rodrigues Dias Baltasar Lopes, *Preto em Cordel (século XVIII). Jogo, Subversão, Preconceito*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas – Época Moderna, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

¹²⁶ Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo* [...], pp. 58-59.

¹²⁷ Faltam estudos de conjunto sobre a deficiência, numa perspectiva histórica. Constitui excepção Maria de Lurdes Rosa, “Imagem Física, Saúde Mental e Representação Familiar: a Exclusão dos Deficientes à Sucessão do Morgadio (Instituições, Legislação, Literatura Jurídica)”, *Arqueologia do Estado, 1.ª Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, História e Crítica, 1988, pp. 1059-1097. Alguns dados dispersos in Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Violência Verbal e Violência Física numa Sociedade em Mudança: Portugal séculos XV-XVI”, *III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua Época*, vol. 3 (*População, Sociedade e Economia*), Guimarães, Câmara Municipal, 2004, p. 500; Marco Liberato, “Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de São Mancos”, *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, coordenação de Laurinda Abreu, Lisboa, Colibri, Évora, Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004, p. 282.

juntar duas situações de exclusão: a cor da pele e o tamanho anómalo por defeito. Porém, foi exactamente a conjugação destes dois factores que permitiu a vida de luxo e conforto¹²⁸ que estes pequenos e exóticos seres conheceram.

¹²⁸ Para a maioria dos negros que serviam a Corte de D. Maria I a vida que levavam era semelhante aos que tinham outros donos. Porém, além dos anões, havia alguns negros objecto de cuidados e deferências particulares. Tal foi visível pelo casamento dos negros Isabel Maurícia e Paulo Roiz, em Abril de 1794, os quais receberam um interessante enxoval. A noiva foi presenteada com seda cor de rosa para a indumentária do “dia do recebimento” além de um adereço – laço, brincos e fechos – de crisólitas e topázios. O noivo recebeu um par de botões de topázio. Além das jóias contam-se diversas peças de roupa de cama e mesa e de vestuário feminino e masculino. Cf. Lisboa, A.N.T.T., *Casa Real*, cx. 336.